

Governo pede tratamento especial na negociação com Clube de Paris

ANY BOURRIER
Correspondente

PARIS — As autoridades econômicas brasileiras solicitaram ontem ao Clube de Paris tratamento diferenciado para o reescalonamento da dívida pública do país e dos débitos a bancos privados garantidos pelos Governos credores.

Em reunião que o Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, e o Diretor do Banco Central para a Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas, consideraram exploratória, os representantes do Governo brasileiro procuraram demonstrar que uma das regras fundamentais do funcionamento do clube — o aval prévio do Fundo Monetário Internacional (FMI) — poderia ser dispensada para a abertura de novas negociações sobre o reescalonamento de US\$ 2,4 bilhões correspondentes à quantia vencida em 85 (US\$ 1,2 bilhão) e a vencer em 1986 (US\$ 1,2 bilhão).

— Procuramos demonstrar que, embora esta regra possa ter aplicação para países que não efetuaram ajustes em suas economias ou que ainda devam fazê-lo, ela não se coloca no caso brasileiro — afirmou Alvaro Alencar depois de três encontros com o Comitê Plenário do Clube de Paris.

Segundo Alencar, "o Brasil já fez todos os ajustamentos necessários, tanto no setor externo quanto no interno, com resultados extraordinários, sendo evidente para todos que a economia brasileira aplicou um programa bem mais amplo e profundo do que os propostos pelo FMI aos países devedores".

Os membros do Clube parecem ter recebido com simpatia a forma pouco ortodoxa de reescalonamento proposta pelo Brasil. Mas no encontro não foram discutidos detalhes sobre as condições de pagamento: — Por enquanto, nos limitamos a negociar o que está depositado no Banco Central.